



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei nº de 2019 (do Sr. Marlon Santos)

Institui e altera prazos referentes à
autorização de pesquisa mineral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, para garantir tempestividade e celeridade às atividades de pesquisa mineral.

Art. 2º O inciso III e o § 1º do inciso V do art. 22 do Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22

.....

III – o prazo de validade da autorização não será inferior a um ano, nem superior a três anos, a critério do DNPM, consideradas as características especiais da situação da área e da pesquisa mineral objetivada, admitida a sua prorrogação uma única vez por até metade do prazo originalmente concedido, sob as seguintes condições:

.....

V –

§ 1º A não apresentação do relatório referido no inciso V deste artigo sujeita o titular à sanção de multa, calculada à razão de uma UFIR por hectare da área outorgada para pesquisa, e a área vinculada à autorização de pesquisa será automaticamente considerada livre;

§ 2º” (NR)

Art. 3º Inclua-se no art. 22 do Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967 o seguinte § 8º:

“Art. 22

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 8º Compete à Agência Nacional de Mineração prezar para evitar que os pedidos de autorização de pesquisa não sejam utilizados como ações protelatórias da efetiva lavra das jazidas em benefício particular e prejuízo do mercado, da livre-concorrência, da livre-iniciativa e da população brasileira.”

Art. 4º O art. 29 do Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 29 O titular da autorização de pesquisa é obrigado, sob pena **da revogação automática da autorização, sem prejuízo das demais** sanções cabíveis:*

.....” (NR)

Art. 5º O inciso IV do art. 30 do Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30

.....

*IV – sobrestamento, **por até um mês após o encerramento do prazo de vigência da autorização de pesquisa**, da decisão sobre o relatório, quando ficar caracterizada a impossibilidade temporária da exequibilidade técnico-econômica da lavra, conforme previsto no inciso III do art. 23*

*§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV deste artigo, **a Agência Nacional de Mineração (ANM) poderá fixar prazo de até três meses, a pedido do interessado, para apresentação de novo estudo da exequibilidade técnico-econômica da lavra, sob pena de arquivamento do relatório e disponibilização da área pesquisada para fins de novos requerimentos de autorização de pesquisa ou concessão de lavra.***

*§ 2º **Se não houver pedido de apresentação de novo relatório no período indicado no inciso IV ou, no novo estudo apresentado, não ficar demonstrada a exequibilidade técnico-econômica da lavra, a ANM colocará a área em disponibilidade, na forma do art. 32.***

.....” (NR)

Art. 6º O art. 31 do Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 31 O titular, uma vez aprovado o Relatório, terá **três meses** para requerer a concessão de lavra, e, dentro deste prazo, poderá negociar seu direito a essa concessão, na forma deste Código.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. A ANM poderá prorrogar uma única vez o prazo referido no caput, por igual período, mediante solicitação justificada do titular, manifestada antes de findar-se o prazo inicial.” (NR)

Art. 7º O art. 32 do Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 32 Findo o prazo do artigo anterior, sem que o titular ou seu sucessor haja requerido concessão de lavra, caducará seu direito, e **cabará** ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM) declarar em até um mês a disponibilidade da jazida pesquisada, para fins de requerimento da concessão de lavra, mediante Edital publicado no Diário Oficial da União.*

.....

.....(NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As incontáveis riquezas minerais do subsolo brasileiro pertencem a todos os nossos cidadãos e devem ser utilizadas para o engrandecimento de nosso país. Por isso, nossa Lei Maior estabelece no inciso IX do art. 20 que os recursos minerais são bens da União. Respeitando-se a livre iniciativa, o art. 176 de nossa Constituição garante que a extração dessa riqueza poderá ser feita mediante concessão ou autorização federal, garantindo-se esse direito aos cidadãos que possuam os meios para tanto.

Esse direito, porém, não deve dificultar, nem muito menos suprimir, a capacidade de outros cidadãos buscarem o acesso à pesquisa e prospecção de jazidas minerais.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 227/67 e o Decreto 62.934/68, a prioridade do direito de pesquisa e exploração dos recursos minerais é garantido, como regra, àquele que primeiro apresentar o requerimento de pesquisa. Essa dinâmica nos parece justa e correta, entretanto, a lassidão dos prazos pode prejudicar o acesso de outros interessados. Além disso, é necessário que a ANM esteja atenta a manobras meramente protelatórias, que possuam a grave finalidade de retirar do mercado determinadas jazidas e impedir que eventuais concorrentes possam pesquisar e posteriormente explorar ricas áreas, em claro desfavor dos princípios constitucionais da livre iniciativa e do valor social do trabalho, prejudicando a todos os brasileiros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesse sentido, apresentamos a presente proposição com o objetivo de redefinir prazos, mantendo-os razoáveis para a pesquisa cuidadosa, mas também céleres e adequados às necessidades do país.

Tenho certeza que os nobres pares terão sensibilidade para endereçar adequadamente a questão, apoiando-a e contribuindo para seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, de de 2019.

Marlon Santos

Deputado Federal – PDT/RS